

NÃO TEM ARREGO! VOCÊS TIRAM NOSSOS DIREITOS E NÓS TIRAMOS SEU SOSSEGO!

Isabela Gonçalves¹

RESUMO: Nesse artigo analisou-se o processo de sucateamento realizado através de uma política neoliberal do Estado, o que originou o levante secundarista no país, além de despertar o debate sobre o modelo de educação que o Estado oferece.

PALAVRAS-CHAVE: educação, escola, ocupação, política, neoliberal.

O PROCESSO DE SUCATEAMENTO NESSES 20 ANOS DE PSDB

Não é novidade que a educação do Estado de São Paulo é precarizada. Nesses mais de 20 anos de Governo de PSDB podemos observar um processo de sucateamento na educação através de uma política neoliberal.

Durante os governos vemos que os nomes que ocupam o posto máximo na Secretaria da Educação são pessoas que não veem a educação como instrumento para a igualdade, mas sim pessoas que, além de verem a educação como mercadorias acreditam que não é papel do Estado garantir esse direito para todas as pessoas. Um exemplo disso é o que diz o atual secretário José Renato Nalini, em seu artigo Sociedade Órfã: **“A população se acostumou a reivindicar. Tudo aquilo que antigamente era fruto do trabalho, do esforço, do sacrifício, e do empenho, passou a categoria de ‘direito’. E de**

¹ Estudante secundarista da Escola Estadual Dom Barreto (Campinas-SP). E-mail: isabela.sgoncalves@outlook.com

‘direito fundamental’”, ou seja, aquele que não pode ser negado e que deve ser usufruído por todas as pessoas”. Esse trecho só confirma a política neoliberal e meritocrática do Governo Tucano na Educação.

Em 1995 iniciou-se o processo de municipalização; processo de reorganização que repassou a responsabilidade do Ensino Fundamental para os municípios e agrupou escolas em ciclos únicos.

Essa medida foi sustentada por um discurso de que somente o agrupamento de determinados ciclos e separação de outros possibilitaria um atendimento mais adequado e qualificado, que garantiria estruturas, equipamentos, materiais, projetos pedagógicos específicos para o trabalho. Este discurso, na verdade, escondia o objetivo principal do governo tucano que era a política de redução de “gastos” e retirada, aos poucos, da responsabilidade do Estado.

Apesar de ter transferido para os municípios as obrigações referentes às séries iniciais, não houve ampliação de investimentos no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos.

As duas primeiras gestões do PSDB, além do processo de municipalização, também criaram projetos e programas que transmitiam um discurso que transferia para a comunidade, os profissionais das escolas e até mesmo para os próprios alunos a responsabilidade dos problemas nas escolas.

Os projetos/programas que se destacam são o “Amigos da Escola” e o “Escola da Família”. O 1º usava o trabalho voluntário como forma de responder às insuficiências e falta de recursos. O 2º delegava funções das escolas a estudantes de Universidades Privadas em troca de concessão de bolsas de estudos.

Em 1996 foi implantado o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar no Estado de SP (SARESP).

Esse sistema não é uma avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento do aluno durante sua trajetória escolar. Trata-se, isto sim, de uma avaliação que uniformiza os processos educativos, ainda que em diferentes escolas, com diferentes grupos e em diferentes localizações apresentem contextos e realidades muito distintas.

Por causa desse sistema de avaliação houve uma mudança no perfil do professor, que acabou se tornando “técnico”, pois basta a ele “ensinar” o conteúdo que irá cair na avaliação.

O quadro do governo tucano depois de mais de 20 anos é totalmente dramático. Professores desgastados, escolas sem estrutura física e pedagógica.

AS TENTATIVAS DE RETIRADAS DOS NOSSOS DIREITOS

Os ataques contra os estudantes já começaram desde o início do ano de 2015, com o ajuste fiscal do Governo Dilma na Educação. Aqui, no Estado de São Paulo, já no início do ano, foram fechadas cerca de 3.000 salas de aula, que além de gerar superlotação, prejudica cada vez mais a aprendizagem.

Os professores dos estados de SP/PR fizeram greves históricas e como sempre a única resposta que tiveram foi a repressão.

No último semestre de 2015 o Governo Alckmin afirmou que iria reorganizar. A medida previa fechar cerca de 94 escolas, agrupando as demais escolas em ciclos únicos. Na prática essa medida iria superlotar cada vez mais as salas de aula e, conseqüentemente, mudando cerca de 300 mil alunos de suas próprias escolas, além de milhares de professores e funcionários que seriam demitidos.

Em Goiás, o Governador Marconi Perrillo privatizou de uma forma diferente; por meio das Organizações Sociais (OS's), o governo assumiu uma parceria com a iniciativa privada transferindo a essas organizações a gestão de uma escola. Essa medida afeta cerca de 512.000 alunos. Transforma a educação em mercadoria.

No Rio de Janeiro e no Ceará, assim que os professores entraram em greve, os estudantes ocuparam suas escolas.

No Rio Grande do Sul, em meio à crise no estado o governo de Satori parcela o salário dos servidores. Os estudantes se unificam com os servidores e ocupam suas escolas contra a precarização no ensino gaúcho. Além de ocuparem cerca de 160 escolas, os estudantes ocupam

a Assembleia Legislativa para vetar a tramitação do Projeto de Lei nº 44/2016 que visava privatizar serviços das escolas estaduais.

O ESTADO VEIO QUENTE, ‘NOIS’ JÁ TÁ FERVENDO.

Como vemos a velha política liderada pelos partidos da ordem cria medidas que tem como objetivo sucatear cada vez mais a educação.

Em contrapartida, nós, estudantes secundaristas, ocupamos as ruas e as escolas de norte a sul do país, barrando essas medidas e enfrentando a polícia que nos tratou de forma desumana.

Através das ocupações, fizemos das escolas um lugar de fato nosso. Construímos espaços de grandes debates, algo raro dentro da escola. Foram realizados debates sobre os mais diversos temas, como: gênero, sexualidade, negritude, legalização, direito à cidade.

É importante ressaltar o papel das mulheres no movimento secundarista. Nós, mulheres, somos a maioria nos grêmios estudantis e nas ocupações não foi diferente. As meninas lideram as ocupações desde a organização, sendo porta-voz de sua escola e, até, sendo linha de frente das manifestações. A primavera secundarista começou junto com a Primavera das mulheres, na rua contra Cunha e todo seu retrocesso. As mulheres e os estudantes secundaristas desafiaram esse estado machista levando o debate feminista para os mais diversos lugares.

Durante esse período de luta, tivemos diversas vitórias como: barrar a Reorganização Escolar (SP), Expulsão da Direção ditadora da EE Carlos Gomes (Campinas-SP), a Ocupação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que barrou o Projeto de Lei nº 44/2016, eleições diretas para direção e tantas outras. Mas, a principal é o despertar da nossa consciência. Durante esse período discutimos desde o nosso papel na sociedade ao modelo de educação que temos. Por meio disso, aprofundamos as nossas reivindicações: que a nossa luta é desde a merenda a uma educação que nos ensine a pensar e não a obedecer.

Aprendemos na prática que é só a luta que muda a vida.